

ANTES, RUY BARBOSA – AGORA, SÉRGIO MORO.

(“Se o senhor querer...”)

Foram Ministros da Justiça, no Brasil, entre outros luminares, Afonso Pena, Alfredo Buzaid, Amaro Cavalcanti, Carlos Maximiliano, Célio Borja, Eptácio Pessoa, Francisco Campos, José de Alencar (o escritor), Osvaldo Aranha, Saulo Ramos. Entre eles, Ruy Barbosa.

Ruy Barbosa, Senador em 1902, foi escolhido Relator do Projeto de Código Civil, elaborado pela Câmara de Deputados. J.J. Seabra, Presidente da Comissão, indicou o Filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, que fora seu professor, também de Rui Barbosa e Castro Alves, como revisor do texto a ser levado ao Senado.

O Projeto, revisto por Carneiro Ribeiro, foi ao Senado em 31/03/1902. TRÊS DIAS depois, Ruy apresentou seu Parecer, com 491 páginas, aos 1.814 artigos, incisos e parágrafos. E disse: “Segui de um a outro extremo, frase a frase, vocábulo a vocábulo, todo o Projeto do Código Civil”.

Ruy Barbosa não se limitou às questões jurídicas. Deu-se o trabalho de rever o aspecto gramatical, em quase mil tópicos, tidos por incorretos, ou impróprios. Cuidou de questões de linguagem, como galicismos, cacófatons, pleonasmos, regência e concordância verbal e nominal, emprego de verbos, advérbios, crase, colocação pronominal, pontuação etc.

Devolvido à Câmara, o Projeto retornou ao professor Carneiro Ribeiro, que concordou com algumas das observações de Ruy, mas contestou a maioria delas, com veemência, em texto denominado “Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Ruy Barbosa, ao Projeto do Código Civil”.

Ruy apresentou sua Réplica, 880 páginas, datada em 31/12/1902, com respeitadas, irônicas e, por vezes, virulentas críticas ao trabalho do Professor.

Para Ruy Barbosa, “[...] sendo a língua o veículo das idéias, quando não for bebida na veia mais limpa, mais cristalina, mais estreme, não verterá estreme, cristalino, límpido o pensamento de quem a utiliza.”

A guerra filológica estendeu-se a 1905, com a Tréplica de Carneiro Ribeiro, 886 páginas, em que diz: “Das emendas do ilustrado senador, umas há que são justas, outras injustas e infundadas; algumas, erradas.”

Muitos juristas, gramáticos e filólogos escreveram sobre a batalha dos gramáticos. Entre eles Mariléa Giacomini Arruda (tese acadêmica), Artur de Almeida Torres, Mendes de Moraes, Napoleão Mendes de Almeida, José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque. O Filólogo português Cândido de Figueiredo afirmou: “- É, na literatura brasileira, e talvez, na portuguesa, o mais respeitável e perdurável documento da Ciência da Linguagem.”